SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A.

CNPJ nº 21.563.512/0001-36

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS - R$)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.069	2.103
Contas a receber	5	1.256	1.014
Tributos a recuperar	6	115	179
Outros créditos	-	8	21
Despesas antecipadas	-	48	145
		2.496	3.462
Não circulante			
Partes relacionadas	7	3.850	2.639
Intangível líquido	8	1.436	1.538
		5.286	4.177
Total do ativo		7.782	7.639

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	-	323	741
Obrigações trabalhistas e sociais	9	369	489
Impostos e contribuições a recolher	10	367	536
Parcelamento de tributos	-	159	163
Adiantamento de clientes	-	13	25
Outras contas a pagar	-	30	135
		1.261	2.089
Não circulante			
Parcelamento de tributos	-	605	663
Lucros a distribuir	7	220	241
Provisão para demandas judiciais	11	264	488
		1.089	1.392
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	4.500	4.500
Reserva legal	12.2	272	225
Reserva de lucros	-	660	226
Prejuízos acumulados	-	-	(793)
		5.432	4.158
Total do passivo e patrimônio líquido		7.782	7.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	2022	2021
Receita líquida	13	7.486	4.146
Custo dos serviços prestados	14	(5.382)	(3.801)
Resultado bruto		2.104	345
Despesas administrativas e gerais	15	(197)	(882)
Outras receitas		31	72
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.938	(465)
Despesas financeiras	16	(182)	(342)
Receitas financeiras	16	117	14
Resultado financeiro		(65)	(328)
Resultado antes do IR e CS		1.873	(793)
Imposto de renda e contribuição social		(379)	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		1.494	(793)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	2022	2021
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	1.494	(793)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.494	(793)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020		4.500	225	226	-	4.951
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(793)	(793)
Saldo em 31/12/2021		4.500	225	226	(793)	4.158
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(226)	226	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.494	1.494
Constituição de reserva legal	12.2	-	47	-	(47)	-
Dividendos minimos obrigatórios	12.3	-	-	-	(220)	(220)
Destinação para Reserva de lucros		-	-	660	(660)	-
Saldo em 31/12/2022		4.500	272	660	-	5.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Lucro do período antes do IR e CS		1.873	(793)
Amortização	-	180	151
Baixa de ativo imobilizado	-	17	30
Provisão para demandas judiciais	11	(224)	488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	5	34	(12)
		1.880	(136)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / diminuição dos ativos			
Contas a receber		(276)	1.169
Tributos a recuperar		64	1
Outros créditos		13	(19)
Despesas antecipadas		97	(71)
Aumento / (diminuição) dos passivos			
Fornecedores		(418)	558
Obrigações trabalhistas e sociais		(120)	(81)
Impostos e contribuições a recolher		(169)	222
Parcelamento de tributos		(62)	826
Adiantamento de clientes		(12)	(39)
Outras contas a pagar		(105)	130
Caixa gerado nas atividades operacionais		892	2.560
IR e CS, pagos		(379)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		513	2.560
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(95)	(259)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(95)	(259)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas		(1.211)	(340)
Distribuição de lucros		(241)	-
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento		(1.452)	(340)
Aumento /(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.034)	1.961
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	2.103	142
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	1.069	2.103
Aumento /(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.034)	1.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais: A **SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A. ("Companhia")** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na Cidade de Goianá na Rodovia MG 353, Km 38, s/n, sala A, localizada no Estado de Minas Gerais. A Companhia foi fundada em 24/11/2014. A Companhia tem por objeto social o cumprimento ao contrato de concessão patrocinado celebrado entre o Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e a Companhia decorrente do Edital de Concorrência nº 26/2014 destinada à exploração de serviços aeroportuários do Aeroporto Regional da Zona da Mata incluindo a operação e campo de aterrissagem devendo a Companhia manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança e às suas expensas, os bens que integram a concessão durante a vigência do contrato de concessão patrocinada efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho dos serviços prestados. A concessão patrocinada consiste na prestação de serviços adequados com boas condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas nos termos da legislação. O prazo da concessão patrocinada é de 30 anos com início em dezembro de 2014. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 30/03/2023. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2022 são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativa e julgamento:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionados, principalmente, a elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto do valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: "avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR). **3.2. Ativos intangíveis: Contrato de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo**.** **3.3. Intangível líquido:** Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O contrato de concessão estabelecido entre a Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A. prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pelo poder concedente e a cobrança pela concessionária de tarifas a serem pagas pelos usuários do Aeroporto Regional da Zona da Mata. O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido. **Amortização:** A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão. **3.4. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *"impairment"*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios. **3.6. Provisões: 3.6.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **3.6.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: 3.7.1. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração:** Ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, em conformidade com as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e do modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão, que consiste na geração de fluxos de caixa com finalidade exclusiva de pagamento do principal e de juros. As compras ou vendas desses ativos financeiros exigem sua entrega dentro de um prazo estabelecido e reconhecido na data da negociação. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem aplicações financeiras. **3.7.2. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração:** Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. **3.9. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **3.10. Classificação circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **3.11. Fornecedores:** São obrigações a pagar por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante. **3.12. Apuração de resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **3.13. Receitas:** As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia: **Concessão patrocinada:** A Companhia atua na qualidade de administradora de aeroportos e outras atividades em conformidade com o contrato de concessão. **Tarifas de pouso e permanência:** A Companhia atua na prestação de serviços de utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave. **Tarifas de embarque e navegação aeroportuária:** A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros. **Estacionamento:** A Companhia presta serviços de estacionamento e permanência de veículos nas dependências do aeroporto. **Serviços de apoio a aeronaves *(handling)*:** A Companhia presta serviços de apoio a aeronaves, passageiros, carregamento e descarregamento de bagagem. A receita proveniente dos serviços é reconhecida no resultado mensalmente. **Locações de áreas:** São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **3.14. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 ou após:** A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vem em 2022 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2022	2021
Caixa	1	1
Bancos - conta movimento	10	15
Aplicações financeiras	1.053	2.080
Numerários em trânsito	5	7
	1.069	2.103

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber:	2022	2021
Concessão patrocinada - Secretaria do Estado de Transporte (i)	793	729
Clientes nacionais	337	127
Locações de áreas a receber	159	190
Outros créditos a receber	41	9
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(74)	(41)
	1.256	1.014

(i) Valores a receber decorrente da prestação de serviços realizados conforme estabelecido em contrato de concessão.

6. Tributos a recuperar:	2022	2021
INSS retido a compensar	17	20
IRPJ a compensar	64	103
CSLL a compensar	34	26
Outros tributos a compensar	-	30
	115	179

7. Partes relacionadas:

Ativo	2022	2021
Socicam Administração, Proj.. e Representações Ltda.	2.980	2.068
Universal Armazéns Gerais e Alfandegados Ltda.	870	571
	3.850	2.639

Representam operações de crédito em conta corrente com os sócios sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros.

Passivo	2022	2021
Lucros a distribuir	220	241

Representam os lucros e dividendos a serem distribuídos aos sócios na respectiva proporção de participação na Companhia.

8. Intangível líquido:	Custo	Depreciação acumulada	2022 Valor líquido	2021 Valor líquido
Benfeitoria em propriedade de terceiros (a)	1.031	(66)	965	1.006
Máquinas e equipamentos	687	(400)	287	306
Equipamento de informática	329	(294)	35	31
Móveis e utensílios	294	(212)	82	110
Veículos	246	(239)	7	-
Software	141	(81)	60	85
	2.728	(1.292)	1.436	1.538

(a) Referem-se as melhorias no sistema de alarme de incêndio do Aeroporto Presidente Itamar Franco sendo de responsabilidade da Companhia conforme definido em contrato de Concessão. A obra foi finalizada em julho/21 com início da amortização em agosto/2021. A movimentação do intangível para o exercício findo em 31/12/2022 é como segue:

Custo	2021	Adições	Baixas	2022
Benfeitoria em propriedade de terceiros	1.031	-	-	1.031
Máquinas e equipamentos	640	52	(5)	687
Equipamento de informática	318	35	(24)	329
Móveis e utensílios	294	-	-	294
Veículos	238	8	-	246
Software	141	-	-	141
	2.662	95	(29)	2.728

Depreciação acumulada	Taxa (%)	2021	Adições	Baixas	2022
Benfeitoria em propriedade de terceiros	4	(25)	(41)	-	(66)
Máquinas e equipamentos	10	(334)	(69)	3	(400)
Equipamento de informática	20	(287)	(16)	9	(294)
Móveis e utensílios	10	(184)	(28)	-	(212)
Veículos	20	(238)	(1)	-	(239)
Software	20	(56)	(25)	-	(81)
		(1.124)	(180)	12	(1.292)

9. Obrigações trabalhistas e sociais:	2022	2021
Salários a pagar	96	73
Encargos sobre salários	71	174
Férias e encargos a pagar	202	194
Outras obrigações trabalhistas	-	48
	369	489

10. Impostos e contribuições a recolher:	2022	2021
Tributos correntes		
PIS a recolher	52	71
COFINS a recolher	239	328
ISS a recolher	19	87
Impostos retidos a recolher	11	4
PIS/COFINS/ISS diferidos	46	46
	367	536

11. Provisão para demandas judiciais: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

	2021	Adições / Baixas	2022
Processos trabalhistas	488	(224)	264

Processos possíveis: Em 31/12/2022 a Companhia possuía 2 ações com prognósticos de perdas possível, totalizando R$ 58, sendo 1 ação trabalhista e 1 ação cível, relativas a multas e verbas rescisórias. **12. Patrimônio líquido: 12.1. 12.1. Capital social:** Em 31/12/2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 4.500 está representado por 4.500.000 ações no valor de R$ 1 (valor expresso em Reais) cada, assim distribuído:

	%	Ações	R$
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.	70	3.150	3.150
Universal Armazéns Gerais e Alfandegados Ltda.	30	1.350	1.350
	100	4.500	4.500

12.2. Reserva legal: É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal. **12.3. Destinação do lucro líquido:** Destinação do lucro líquido de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 11.637/07), o lucro líquido do exercício disponível, após a compensação dos prejuízos acumulados e após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios. O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2022 está assim demonstrado:

12.3. Destinação do lucro líquido:	2022
Lucro líquido do exercício	1.494
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(567)
(=) Base de cálculo para reserva legal	927
(-) Reserva legal - 5%	(47)
(=) Base de cálculo para os dividendos	880
(x) Dividendos mínimos obrigatórios - %	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios - R$	220

13. Receita líquida:	2022	2021
Concessão patrocinada	3.996	2.738
Tarifas de pouso e permanência	877	258
Tarifas de embarque	2.107	738
Tarifas de navegação aeroportuária - (DECEA)	60	35
Estacionamento	580	155
Controle de Acesso Terminal Aeroportuário	7	-
Locações de áreas	875	816
Extensão do horário de funcionamento do aeroporto	44	143
Serviços de carga	85	47
(-) Serviços cancelados	(33)	(5)
(-) Tributos sobre a receita	(1.112)	(779)
	7.486	4.146

14. Custos dos serviços prestados:	2022	2021
Custo de pessoal	(2.897)	(2.202)
Prestadores de serviços	(1.504)	(908)
Seguros	(164)	(136)
Gerais	(652)	(404)
Amortização	(165)	(151)
	(5.382)	(3.801)

15. Despesas administrativas e gerais:	2022	2021
Viagens e representações	(80)	(59)
Aluguel	(155)	(117)
Outras despesas e receitas	(185)	(137)
Indenizações	-	(81)
Provisão para demandas judiciais	223	(488)
	(197)	(882)

16. Resultado financeiro líquido:	2022	2021
Descontos obtidos	59	1
Receitas de aplicações financeiras	10	-
Juros e multas recebidos	33	9
Outras receitas financeiras	15	4
Receitas financeiras	117	14
Despesas bancárias	(7)	(6)
Descontos concedidos	(6)	(107)
Juros e multas	(151)	(227)
Outras despesas financeiras	(18)	(2)
Despesas financeiras	(182)	(342)
Resultado financeiro líquido	(65)	(328)

17. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir: **17.1. Gerenciamento de risco:** A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. **17.2. Risco de crédito e de realização:** Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **17.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração. Em 31/12/2022 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras. **18. Cobertura de seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 31/12/2022 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma: (i) Seguro garantia R$ 6.049; (ii) Seguro de responsabilidade civil R$ 1.000; (iii) Seguro de equipamentos R$ 172; (iv) Seguro materiais, patrimoniais e prediais R$ 107.000. **19. Eventos subsequentes:** Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Cláudio José Gomes
Diretor Presidente

Pedro Américo Mendes de Castro
Diretor

Eduardo Buzam Júnior - Contador - 1SP243887/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas e Administradores da **SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A. -** Goianá - MG, **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30/03/2023. **Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. -** CRC 2SP-031.269/O-1 / **Henrique Silva Premoli -** Contador CRC 1SP-250.993/O-6 / **Vanderlei Marcello Fernandes Junior -** Contador CRC 1SP-297.750/O-4.

ANUNCIE NO

DIÁRIO DO COMÉRCIO

O ponto de encontro,
análise edebate
sobre a economia em
Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007
comercial@diariodocomercio.com.br
diariodocomercio.com.br

Diário do Comércio
diáriodocomercio